

Cruesp mantém 3,37% de reajuste e propõe discutir parcela fixa somente em outubro

Fórum indica: A GREVE DEVE CONTINUAR

Nas assembléias, que devem ser realizadas até 5 de junho, vamos avaliar a última negociação com os reitores e o recuo do governo Serra em relação aos decretos em meio a estrondosa passeata do dia 31 de maio

A terceira negociação entre Cruesp e Fórum das Seis, realizada no dia 1º de junho, aconteceu em meio ao fortalecimento do movimento nas universidades estaduais paulistas, com os três segmentos em greve na USP, Unesp e Unicamp. No caso da Unesp, a greve ganhou muita força nos últimos dias e 10 campi estão parados entre os funcionários e sete entre os docentes, além de uma generalizada adesão entre os estudantes. Na USP, os estudantes decidiram manter a ocupação da reitoria, iniciada em 3 de maio. No dia 31 de maio, uma grande passeata das três universidades ocupou as ruas de São Paulo (veja na página seguinte).



31 de maio: Sintunesp presente na grande manifestação das três universidades em SP. Mais de 400 policiais montaram uma barreira para impedir a chegada da passeata ao Palácio

Eles querem retomar a negociação em outubro

Na negociação do dia 1º de junho, os representantes do Fórum informaram ao Cruesp que as assembléias haviam recusado a proposta de reajuste de 3,37% e que consideravam fundamental a concessão da parcela fixa de R\$ 200,00, como forma de diminuir a distância entre os salários nas universidades. Os reitores reforçaram a posição de que os R\$ 200,00 não seriam possíveis, pois a sua concessão aumentaria o comprometimento com a folha e modificaria a carreira dos funcionários.

O Fórum defendeu a possibilidade de um reajuste maior com base na previsão (do próprio Cruesp) de aumento na arrecadação do ICMS neste ano, o que diminuiria o comprometimento do orçamento com a folha de pagamento. Também lembrou que o impacto da reposição da inflação dos últimos 12 meses (3,37%) é mínimo em relação aos salários dos funcionários: para quem ganha R\$ 1.000,00, por exemplo, representa apenas R\$ 33,70. Quanto à questão da carreira, o Fórum reforçou que não está propondo nenhuma mudança na carreira, mas sim um aumento no piso salarial e a diminuição na diferença entre os salários nos níveis da carreira.

Ao serem questionados se eram contrários à diminuição do “fosso” salarial nas universidades, ou seja, dar maior reajuste para quem ganha menos, os reitores disseram concordar com o mérito da proposta. Porém, “neste momento”, não tinham garantia sobre a finalização da arrecadação do Estado e reafirmaram que a parcela fixa cria problemas na carreira, necessitando ser melhor avaliada em cada universidade. A proposta do Cruesp é a seguinte:

- **Reajuste salarial de 3,37% agora;**

- Reuniões mensais entre Fórum das Seis e Comissão Técnica do Cruesp para acompanhamento da arrecadação do ICMS;
- Início de discussão ampla sobre a carreira dos funcionários técnico-administrativos e a possibilidade de contemplar o novo modelo (parte fixa proposta pelo Fórum);
- Reunião em outubro/07 entre Fórum das Seis e Cruesp para avaliar o desempenho da arrecadação do ICMS e a possibilidade de implementação desse novo modelo.

Os indicativos do Fórum

Reunido logo após a negociação, no dia 1º/6, o Fórum considerou importante o fato de o Cruesp concordar com o mérito da proposta de parcela fixa. Porém, na prática, nada mudou na proposta dos reitores. Para maio, só temos os 3,37%, apesar do cenário econômico favorável. Por outro lado, a proposta de discutir a parcela fixa somente em outubro é algo muito distante, principalmente se considerarmos a força da nossa greve neste momento. Além disso, a idéia de avaliar a proposta no âmbito dos órgãos colegiados de cada universidade abre espaço, mais uma vez, para a quebra da isonomia entre USP, Unesp e Unicamp, pois a avaliação pode ser diferente em cada uma delas.

Diante desse quadro, o Fórum indica às assembléias:

- **Avaliação do “Decreto Declaratório nº 1”, publicado no dia 30/5/2007 no Diário Oficial;**
- **Avaliação da proposta do Cruesp de reajuste salarial;**
- **Continuidade da greve;**
- **Rodada de assembléias nas unidades até 5/6 (terça-feira);**
- **Próxima reunião do Fórum das Seis no dia 6/6, às 11h, na Unicamp, mesma data em que ocorre nova negociação com o Cruesp (às 15h).**

Assistência estudantil

Na negociação do dia 1º/6, o Fórum propôs discutir a ampliação de recursos para as universidades e para a política de permanência estudantil. Os estudantes apresentaram as suas reivindicações aos reitores: a) Bolsa de estudo (e não bolsa trabalho), visando atender toda a demanda; b) Restaurante Universitário em todos os *campi*, com valor unitário; c) Moradia Estudantil, com a construção em *campi* em que não existem e ampliação de blocos nos locais que já possuem moradia; d) Comissões nas três universidades para avaliar a demanda, tendo na sua composição a representação dos estudantes; e) vinculação no orçamento das universidades de um percentual destinado à política de permanência estudantil; f) Agendamento de reuniões nas três universidades com o movimento estudantil para negociar a pauta específica.

Os reitores se comprometeram a agendar as reuniões e a continuar discutindo com os estudantes na próxima negociação, marcada para 6/6, às 15h, na Unicamp.

31 de maio: o dia que paramos São Paulo

O dia 31 de maio foi histórico. Saindo do campus da USP, cerca de oito mil pessoas, entre elas várias caravanas dos *campi* da Unesp, fizeram uma grande passeata pelas ruas de São Paulo. No dia anterior, frente à força da mobilização, o governo havia divulgado o “Decreto Declaratório nº 1”, estabelecendo importantes recuos em relação aos decretos assinados no início do ano e que comprometiam a autonomia das universidades. O objetivo da passeata era chegar ao Palácio dos Bandeirantes, mas um enorme cordão policial, com mais de 400 PM's, impediu os manifestantes de seguirem adiante. Na tentativa de resolver o impasse, uma comissão das entidades do Fórum (Sintunesp, Adunesp, Sintusp, Adusp, STU, Adunicamp e Sinteps), além de representantes estudantis e da Conlutas, foi recebida por alguns secretários de Serra. A comissão solicitou que a tropa de choque fosse retirada e registrou as nossas reivindicações: abertura de negociação com o Executivo por mais verbas para educação, divulgação periódica dos dados de arrecadação de impostos e continuidade da análise dos possíveis pontos dos decretos do governo que ainda ameaçam a autonomia das universidades estaduais paulistas.

A tropa de choque não recuou e o ato estendeu-se até a noite, quando os manifestantes decidiram retornar à USP.

O que é o Decreto Declaratório

Um dia antes da passeata, em 30 de maio, o Diário Oficial trouxe a publicação, a pedido do governo Serra, do “Decreto Declaratório nº 1”. Nele, o governo reescreve parte dos decretos anteriormente divulgados. Numa primeira análise, o Fórum das Seis considera que houve um recuo expressivo do governo, o que significa um avanço em relação à manutenção da autonomia das universidades estaduais. Neste “Decreto Declaratório”, o governo reafirma o seguinte:

- Manutenção da verba em contas específicas de cada universidade, na Nossa Caixa, mas com a publicação diária no SIAFEM, como previsto no decreto 51.636 (ressalte-se que o Fórum não vê problemas na publicação diária, pois isso reafirma a transparência);
- Possibilidade de remanejamento de verbas como ocorria anteriormente;
- Afirma que não se aplicam às universidades os decretos 51.471, 51.473 e 51.660, que vedam a contratação de pessoal e contingenciam verbas. Diz que não se aplica às universidades a comissão de política salarial, reafirmando a negociação salarial entre o Fórum e o Cruesp;
- Modifica a redação de alguns pontos do decreto 51.461 (que cria a Secretaria do Ensino Superior), retirando a expressão “pesquisa operacional” e reafirmando a ampliação de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Mantém a idéia de “formas alternativas de formação em nível superior”, porém, garantindo a deliberação interna na universidade;
- Retira os artigos 20 e 24 do decreto 51.461, que apontavam a ingerência da Secretaria de Ensino Superior nas universidades.

Embora considere tais medidas um recuo do governo, produto direto e incontestável do movimento de greve dos três segmentos, o Fórum ainda vê problemas nos decretos. A manutenção dos decretos 51.460 e 51.461, por exemplo, significa a intenção política do governo de fragmentar os diferentes níveis de ensino, ferindo a autonomia universitária ao deixar em diferentes secretarias as três universidades, o Centro Paula Souza e a educação básica.

Por outro lado, fica mantida a Secretaria de Ensino Superior (ainda que sejam retirados os artigos 20 e 24), deixando em aberto qual será a sua relação política, educacional e administrativa com as universidades.

Fórum quer discutir mais verbas direto com o Executivo

Em sua reunião do dia 1º/6, o Fórum das Seis discutiu também a luta pelo aumento de verbas. Tendo em vista a realidade dos últimos anos, quando conquistamos aumento na Assembléia Legislativa, mas ele foi vetado pelo governo, o Fórum entende que é preciso voltar as baterias do movimento para o Executivo. O Fórum vai protocolar documento solicitando reunião com o governo para tratar do assunto. O Cruesp, por sua vez, informou que continuará realizando conversas com o objetivo do aumento do percentual de 9,57% e a retirada do artigo 28 da LDO/2008, que diz respeito ao desconto da contribuição previdenciária.

Mais Unesp Saúde realiza pesquisa. Participe!

A Superintendência do Plano Mais Unesp Saúde informa que está sendo aplicada uma pesquisa junto aos funcionários e professores da Universidade. O objetivo é levantar o grau de satisfação dos usuários e, também, as expectativas dos não usuários. As informações são importantes para o planejamento de ações futuras, visando a melhor adequação do Plano à comunidade unespiana.

O questionário pode ser respondido até o dia 30 de junho. Ele pode ser preenchido na versão online, através do site www.maisunespsaude.com.br. Para os que preferirem responder por escrito, a versão em papel será distribuída junto com os holerites de pagamento, no início de junho. Neste último caso, as respostas podem ser entregues nas associações de funcionários ou aos representantes do Sintunesp.

Em caso de dúvida, os telefones do Mais Unesp são: (11) 3292-6799 para os que estão em São Paulo e 0800-7715026 para as demais localidades.